

A COMPLEXIDADE LINGUÍSTICA DO CONTEXTO INTERACIONAL DE SURDOS NO INTERIOR DO ESTADO DO TOCANTINS

THE LINGUISTIC COMPLEXITY OF THE INTERACTIONAL CONTEXT OF THE DEAF IN INTERIOR OF THE STATE OF TOCANTINS

Fernando Cardoso dos Santos¹
Cássio Florêncio Rubio, UFSCar²

Resumo: Pesquisas sociolinguísticas em comunidades surdas são ainda escassas, principalmente no que se refere à investigação do emprego da língua brasileira de sinais e ao contato com o português. Com base nessa constatação, busca-se, nesta investigação, debater como ocorre a comunicação de indivíduos surdos dentro e fora da comunidade surda em municípios com baixa ocupação territorial do Estado do Tocantins. Como corpus, foram entrevistados 30 participantes residentes em municípios distando entre 70 e 300 quilômetros da capital do estado, Palmas. Os resultados revelaram contextos múltiplos e diversos de comunicação e compreensão entre surdos e ouvintes, com línguas e outras formas de comunicação sendo empregadas.

Palavras-chave: Perfil sociolinguístico. Comunidade Surda. Libras. Tocantins.

Abstract: Sociolinguistic research in deaf communities is still scarce, especially with regard to investigating the use of Brazilian Sign Language and contact with Portuguese. Based on this finding, this investigation seeks to describe how deaf individuals communicate within and outside the deaf community in cities with low territorial occupation in the State of Tocantins. As a corpus, 30 participants living in cities between 70 and 300 kilometers from the state capital, Palmas, were interviewed. The results revealed multiple and diverse contexts of communication and understanding between deaf and hearing people, with languages and other forms of communication.

Keywords: Sociolinguistic profile. Deaf Community. Libras. Tocantins.

1. Introdução

As comunidades surdas, tanto no Brasil quanto em todo o mundo, têm despertado atenção da sociedade, devido à maior sensibilidade e respeito à sua diversidade em tempos contemporâneos, o que tem garantido mais direitos e garantias às pessoas

¹ Dourando em Linguística - UFSCar. fernandosantos@uft.edu.br

² Professor do Departamento de Pós Graduação em Linguística - UFSCar. cassiorubio@ufscar.br

surdas. Essa mudança social pode ser percebida mais acentuadamente, no Brasil, a partir de 1990, com crescimento das discussões sobre educação bilíngue de surdos e com reivindicações dos povos surdos quanto ao exercício pleno de cidadania. Como resultado desta luta, vem ocorrendo, gradativamente, a proposição de planejamento e de políticas linguísticas, como forma de atender aos anseios da comunidade surda, principalmente no que concerne à inserção da língua brasileira de sinais (Libras) nos mais variados contextos sociais e, em especial, no ambiente educacional.

Se antes eram vistas como excluídas do contexto social e percebidas como “deficientes” e “incapazes”, por meio de prerrogativas excludentes, hoje as pessoas surdas já possuem seus *status* sociolinguístico reconhecido, como seres que empregam formas diferentes de comunicação, e, em vista dessas diferenças, necessitam de inclusão e reconhecimento dos direitos linguísticos e culturais.

Nos dias atuais, sabemos que os surdos se comunicam ao modo deles e de acordo com suas condições sociais, físicas e psicológicas. Acredita-se que isso seja indiscutível, pois é parte da especificidade individual de todo ser humano. Em concordância, cabe discutir então como adequar ao contexto dos surdos para que ocorram trocas comunicativas saudáveis, a considerar que esses indivíduos são seres que sempre existiram e transitaram nos inúmeros contextos onde ocorrem o contato e a interação entre humanos.

Considerando-se a relação intrínseca entre língua e sociedade, surgiram contribuições de correntes teóricas de estudos linguísticos capazes de investigar e proporcionar debate sobre o diverso contexto surdo. Nesse âmbito, torna-se possível realizar uma pesquisa dentro do viés social e linguístico dos surdos, pois, dentre outras correntes, os estudos de Labov (2008[1972]) e de outros pesquisadores precursores da Sociolinguística nos deixaram o legado de que a língua e as relações sociais são indissociáveis, não sendo possível compreender sua completude separando-se esses dois componentes que regem as relações humanas. Esse legado é de fato a base dos estudos sociolinguísticos, como também afirma Calvet (2002, p. 12), ao destacar que “as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes”.

É preciso dessa forma, fazer conhecer a realidade das comunidades linguísticas e toda a rica rede de relações estabelecidas entre seus membros, nas trocas sociais. No contexto das pessoas surdas, essas relações se estabelecem de forma ainda mais complexa, haja vista haver convívio entre a comunidade surda e a ouvinte.

Com base nessas considerações iniciais, esta pesquisa busca investigar e revelar o perfil sociolinguístico de surdos em municípios com baixa ocupação territorial no estado do Tocantins. Para além de proporcionar a expansão do campo investigativo de comunidades minoritárias, como são as comunidades surdas, proporciona o conhecimento de realidade praticamente desconhecida, de indivíduos surdos de municípios remotos³.

Os surdos e seus familiares dos municípios remotos não têm acesso de maneira integral à Libras e à língua portuguesa como segunda língua (L2), devido à inúmeras questões, dentre elas a baixa demanda de profissionais, a pouca difusão da língua e a falta de interesse do setor público em contribuir com a inclusão das minorias linguísticas.

Considerando-se essa realidade, é necessário investigar, além das línguas sistematizadas (Libras e língua portuguesa), outras formas de comunicação empregadas pelos surdos, que ultrapassam o uso de sinais estruturados – Libras, com a comunicação por meio de diferentes estratégias intra e extralinguísticas, gestos, sinais caseiros e sinais construídos através do contato sociolinguístico.

2. O contexto linguístico das pessoas surdas

Há um senso comum que aponta que a Libras, assim como outras línguas de sinais, é um mero instrumento gestual para comunicação apenas entre os surdos. Contudo, ela faz parte da língua empregada pelos humanos para se comunicarem, e sua utilidade vai além da comunicação entre surdo-surdo, alcançando também as pessoas ouvintes, a depender dos contextos interativos.

As línguas surgem a partir da necessidade do estabelecimento de comunicação entre membros de uma comunidade. Desse modo, ao perceberem a necessidade de se comunicar, os surdos, privados do sentido auditivo, foram adequando outros membros articulatórios do corpo e a visão para estabelecer comunicação entre seus pares. Nesse sentido, a Libras, assim como outras línguas de sinais, surgiu por meio de sinais mais simples como gestos, mímicas, expressões corporais e faciais, sendo, com o tempo,

³ Os municípios investigados não serão revelados, considerando-se a preservação do sigilo e confidencialidade da identidade dos participantes. Diferentemente das comunidades ouvintes, as comunidades surdas possuem baixo número de indivíduos e, por vezes, em municípios de menor população, como os abarcados na pesquisa, se compõe de um único indivíduo. Sendo assim, a menção do município causaria associação direta com determinado indivíduo.

convencionalizados e transformados em signos visuais, constituídos de todos os níveis linguísticos presentes nas línguas orais-auditivas.

Contudo, as línguas de sinais ainda sofrem preconceito em instituições públicas, devido ao domínio das línguas orais-auditivas, em especial no contexto familiar, pois é raro que os pais de surdos tenham acesso à Libras, e, no ambiente escolar, a presença das línguas de sinais ainda é bastante tímida, visto que são utilizadas somente por professores/intérpretes para auxiliar os alunos surdos na aprendizagem, corroborando as afirmações de Bortoni-Ricardo:

[...] no Brasil, as diferenças linguísticas socialmente condicionadas não são seriamente levadas em conta. A escola é nordeada para ensinar a língua da cultura dominante; tudo o que se afasta desse código é defeituoso e deve ser eliminado. O ensino da língua é de fato uma atividade impositiva (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 14).

Embora as afirmações da autora já remontem a quase 20 anos, ainda há a proposta de que os surdos se normalizem aos mesmos níveis educacionais das pessoas ouvintes e, ainda que a Libras se apresente como um sistema plenamente estruturado (Monteiro, 2006), ainda há a concepção equivocada de não a considerar complexa e funcional como qualquer língua oral.

Pesquisas científicas vêm revelando que a língua de sinais é mais eficiente na aprendizagem das pessoas surdas do que métodos educacionais focados no oralismo e, nesse sentido, o acréscimo de componentes visuoespaciais se apresentam como sistemas simbólicos mais eficientes que a oralização (Capovilla, 2000).

Johnston e Schembri (1999) reforçam a importância desses aspectos no complexo funcionamento das línguas de sinais. Para os autores:

um sinal é definido como um ato visual-gestual relativamente estável e identificável com um significado associado que é reproduzido com consistência por usuários sinalizadores nativos e para o qual, conseqüentemente, determinados valores acordados podem ser dados por formato das mãos, orientação, localização e movimento (incluindo a falta de movimento). Os sinais também podem incluir características não-manuais (como uma expressão facial particular ou movimento da cabeça e/ou do tronco) (Johnston e Schembri, 1999, p. 117, tradução nossa⁴).

⁴ A sign is defined as a relatively stable, identifiable visual-gestural act with an associated meaning which is reproduced with consistency by native signers and for which, consequently, particular agreed values can be given for handshape, orientation, location and movement (including lack of movement). Signs may also include nonmanual features (such as a particular facial expression, mouth pattern, or movement of the head and/or trunk)". (Johnson; Schembri, 1990, p. 117).

A Libras, assim como as outras línguas de sinais, tem estrutura gramatical própria e possui *status* de língua autônoma com seu próprio sistema linguístico:

a Libras, como toda língua, é uma língua de modalidade gestual-visual porque utiliza, como canal ou meio de comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão; portanto, diferencia-se da língua portuguesa, que é uma língua de modalidade oral-auditiva, por utilizar como canal ou meio de comunicação sons articulados que são percebidos pelos ouvidos. Mas, as diferenças não estão somente na utilização de canais diferentes, estão também nas estruturas gramaticais de cada língua (Monteiro, 2017, p. 194).

Da mesma maneira, Quadros (2017) também traz alguns conceitos sobre o funcionamento da Libras e das demais línguas de sinais, a saber:

a Libras, língua brasileira de sinais, é visuoespacial, representando por si só as possibilidades que traduzem as experiências surdas, ou seja, as experiências visuais. Os surdos veem a língua que o outro produz por meio do olhar, das mãos, das expressões faciais e do corpo. É uma língua vista no outro (Quadros, 2017, p. 34).

A autora aponta que a Libras é de fato social tal como se observa nas línguas orais-auditivas. É válido dizer que a Libras é visual-espacial porque traduz as experiências visuais surdas. Quadros (2017) evidencia que a percepção da língua de sinais se difere da língua oral utilizada pelos ouvintes, tendo em vista que o surdo, por meio do olhar, das mãos e das expressões faciais, consegue estabelecer comunicação, principalmente pela percepção visual. Nesse sentido, quem poderia ser o outro durante a interação?

Sendo surdo ou ouvinte, os indivíduos que sabem e usam Libras, neste caso considerando-a como sistema linguístico, se comunicam e falam por meio da Libras. No entanto, os surdos oralizados que fazem o uso do português falado conseguem captar os movimentos dos lábios de um ouvinte que utiliza a língua oral-auditiva, e, de certa maneira, tentam estabelecer comunicação com os ouvintes por meio da fala. Assim, os surdos que têm algum conhecimento da língua oral-auditiva compreendem o enunciado por ver os movimentos labiais. Conforme Mello e Torres (2005 *apud* Torres; Mazzoni; Mello, 2007, p. 376):

surdos oralizados são aqueles que usam uma língua oral, onde geralmente a língua-pátria é a sua língua materna, leem lábios, não se identificam com as manifestações da Cultura Surda e participam mais da Comunidade Ouvinte; os não oralizados usam a língua de sinais como primeira língua (essa pode

ter sido ou não sua língua materna) e estão mais fortemente inseridos nos patamares linguístico-sócio-cultural que permeiam a Cultura Surda.

Quanto à afirmação de que os surdos oralizados não se identificam com a Cultura Surda, merece reflexão o fato de os autores estarem relatando apenas um pequeno número de surdos, ou surdos implantados ou os que usam aparelho de amplificação sonora. Cientificamente, a investigação de um número de investigados maior e mais diverso poderia trazer novas revelações, até mesmo sobre a comunidade toda.

No contexto atual, os surdos ainda não têm oportunidade de ser alfabetizados em Libras em sua integridade, por diversos motivos, dentre os quais as famílias ouvintes desconhecem a Libras e, como consequência, não proporcionam a estimulação precoce da língua. Além disso, há também o fato de crianças surdas serem matriculadas em idade tardia na escola (fora do período recomendado como ideal), o que se associa à baixa oferta de profissionais com habilidades na Libras e no processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos. Quadros e Cruz (2011) relatam que:

A grande maioria das crianças surdas é filha de pais ouvintes que normalmente não conhecem a língua de sinais e muitas vezes nunca viram um surdo. Esse fator interfere diretamente no processo de aquisição da linguagem dessas crianças, uma vez que, até os pais tomarem conhecimento da língua de sinais e admitirem o seu uso, as crianças ficam praticamente sem input linguístico. Essas crianças, quando ingressam na clínica ou na escola, descobrem a língua de sinais e a partir daí iniciam o seu processo de aquisição da linguagem, embora tardio. (Quadros; Cruz, 2011, p. 25).

A menção ao fato de que pais ouvintes “[...] não conhecem a língua de sinais e muitas vezes nunca viram um surdo” e de que isso “interfere diretamente no processo de aquisição da linguagem dessas crianças [...]”, abre uma lacuna para debate, que é o que acontece com surdos que são privados do acesso a uma língua, uma vez que mesmo antes de irem para as escolas, já se comunicam de alguma forma com seus familiares e amigos ouvintes.

A respeito dos recursos linguísticos empregados nesse contexto, Silva e Favorito (2018) descrevem que:

o conceito de repertório comunicativo reforça nossa convicção de que os cenários surdos devem ser percebidos como multilíngues. Não são apenas os Português e a Libras que são utilizados, mas também outros recursos característicos do repertório comunicativo dos surdos, incluindo discurso apoiado por sinais (comunicação simultânea: Libras e Português); Português oral, soletração manual (usando o alfabeto manual para soletrar palavras em português), com ou sem fala

simultânea em Português; e leitura de fala em Português (Silva; Favorito, 2018, p.78).

As autoras assinalam que outros recursos são necessários para o desenvolvimento da educação de surdos, pois esses contribuem e reforçam o sentido do que está sendo ensinado em concomitância com o ensino através da língua estruturada. Ademais, o processo de difusão e divulgação de uma língua jovem caminha por um longo percurso para alcançar a estabilidade na sociedade, o que vem ocorrendo atualmente no Brasil.

Ao mencionar “repertório comunicativo”, entende-se que a língua dos surdos vai além do contexto escolar, abordando o campo da comunicação e relações sociais além dos muros escolares, além da inclusão na sociedade, de forma que atenda a todos os aspectos no que se tange à língua.

As línguas em contato nos repertórios comunicativos mencionados na pesquisa foram as línguas as quais os surdos empregam para interação, comunicação, para desempenhar seu papel dentro de um contexto multilinguístico, que por ora sabemos ser a língua portuguesa, a Libras e outras formas de comunicação (denominadas de línguas ou linguagens caseiras de sinais). Dessa forma podemos entender o processo de bilinguismo (ou multilinguismo) no contexto sociolinguístico dos surdos.

O conceito de bilinguismo, conforme observado em várias pesquisas dentro dos estudos linguísticos aplicados (Quadros, 2008; Almeida, 2013; Dorziat, 2009; Lacerda, 2006), pode ser compreendido como a possibilidade de adquirir minimamente duas línguas. Contudo, muitos pesquisadores revelam que há diferentes formas de bilinguismo. Nesse sentido, eles relatam que pode haver predominância de uma ou das duas línguas ou não haver em nenhuma das duas línguas. Conforme Quadros (1997 p. 30), dentre as várias formas de bilinguismo no contexto surdo, a mais básica “envolve o ensino da segunda língua quase de forma concomitante à aquisição da primeira língua”. Contudo, ela revela que outra forma básica “caracteriza-se pelo ensino da segunda língua somente após a aquisição da primeira língua”.

Quadros (2017) pontua que Libras é uma língua de herança, ao afirmar que:

a Libras é passada de geração em geração de surdos da comunidade (não necessariamente dentro do núcleo familiar) e que é uma língua usada por comunidades brasileiras dos grandes centros urbanos em um país que usa outra língua como oficial, a língua portuguesa, veiculada nos meios de comunicação, documentos oficiais, órgãos públicos e educação, essa língua de sinais configura sim uma língua de herança. (Quadros 2017, p. 33).

Diante das considerações da autora, dentro de um contexto social heterogêneo, é preciso conhecer o perfil sociolinguístico dos surdos, com informações sobre a sua língua e como ela foi adquirida. É preciso reconhecer a diversidade de aquisição da Libras pelos surdos, sabendo que eles têm constantes momentos históricos interativos que diferem a depender do contexto, ou seja, há surdos que têm pais surdos e outros membros familiares ouvintes (avós, tios e irmãos), também aqueles que têm pais ouvintes. Pela lógica, em sua infância, os surdos seguirão os passos linguísticos de seus pais e, conseqüentemente, irão dominar (ou tentar dominar) a língua com a qual convivem.

2.1. A Sociolinguística e as línguas de sinais

Para Labov (2008[1972]), a Sociolinguística é a linguística dentro do contexto social, estudada usando métodos de estratificação social, para averiguar a diversidade linguística de acordo com o contexto e movimento social coletivo e individual. (Labov, 2008 [1972], Gorski; Freitag, 2010; Calvet, 2002; Oliveira, 2007; Mussalim; Bentes, 2001).

Spolky (1998) afirma que:

a sociolinguística é o campo que estuda a relação entre a língua e a sociedade, entre os usos da língua e as estruturas sociais em que vivem os usuários da língua. É um campo de estudo que assume que a sociedade humana é feita de muitos padrões e comportamentos relacionados, alguns dos quais linguísticos (Spolky, 1998, p. 3; tradução nossa)⁵.

A partir desses pressupostos, diversos estudos de cunho sociolinguístico vêm sendo desenvolvidos nos dias atuais, com ênfase direcionada a comparações fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e estruturais da língua, bem como a diversidade linguística relacionada à estratificação social, considerando fatores como idade, gênero, cultura, dentre outros.

Por um lado, ainda há um número reduzido de estudos sociolinguísticos direcionados para as áreas dos povos surdos, e ainda mais reduzido o número de estudos do comportamento do indivíduo surdo quanto ao uso, à interação e ao contato com as diferentes línguas ou recursos linguísticos que os cercam.

⁵ Sociolinguistics is the field that studies the relation between language and society, between the uses of language and the social structures in which the users of language live. It is a field of study that assumes that human society is made up of many related patterns and behaviours, some of which are linguistic (Spolky 1998, p. 3).

Considerando-se esses apontamentos, e relacionando-os às comunidades e povos surdos, é relevante saber: Que relações são essas? Qual estrutura social? Que padrão de comportamento assumem os indivíduos?

Os estudos acerca do contexto social e linguístico que abordavam indivíduos ou grupos considerados fora do padrão, fora da “normalidade” (pessoa com necessidades especiais, surdos, dentre outras) são recentes, se comparados aos estudos de comunidades majoritárias. Isso nos remete ao entendimento de que havia pouca relevância ou interesse do estudo social e da língua que fossem diferentes dos contextos de uso das línguas orais. Ademais, os estudos realizados em séculos anteriores não apresentavam, necessariamente, o viés descritivo, mas sim o objetivo de busca da “cura” ou “normalização” dos indivíduos, temática muito discutida na área da Educação Especial. (McDonnell, 2016; Carmozine; Noronha, 2012; Lockman; Klein; Henning, 2008; Bentes; Hayashi, 2016).

Em um contexto sociolinguístico, é esperada uma heterogeneidade de indivíduos que ali circulam, assim como também haverá heterogeneidade do uso dos meios de comunicação e da interação nesse contato. Assim, as pessoas surdas podem estar em um ambiente onde se faz o uso da língua portuguesa e eles não o fazem. Se houver mais surdos, podem ocorrer situações em que uns fazem uso da língua oral e outros não. Por outro lado, haverá contextos de interação onde surdos empregam a Libras e os ouvintes não e, ainda, contextos nos quais os indivíduos surdos interajam sem o emprego da Libras e da língua portuguesa, recorrendo a outras formas de comunicação, linguagem de sinais caseira, por exemplo.

Trabalhos como o de Lucas (2004), buscam, para além da observação da língua de sinais em variação, conhecer os perfis sociolinguísticos das pessoas surdas, que são construídos com base no indivíduo surdo, ou seja, perfis que o próprio sujeito constrói de forma natural ou sob influência do contexto sociolinguístico. Essa visão tem como objetivo buscar novas formas de ver o sujeito que não sejam especificamente sujeitos estruturados e sistematizados.

Esta proposição nos direciona para atitude e avaliação linguística, pois é um julgamento social sobre a língua da comunidade de fala, seja Libras ou outras formas de comunicação. A atitude positiva ou negativa também pode ser assumida pelo próprio sujeito surdo ao imergir dentro de um contexto que não é o seu, ao não ter oportunidade de aprender uma língua sistematizada, ao se deparar com barreiras sociolinguísticas.

Para Romaine (1984, apud Coupland e Jaworski 1997, p. 62):

é legítimo reconhecer que a posição social de um agente e suas relações com os outros podem condicionar seu comportamento em determinada ocasião de maneiras específicas [...] as pessoas estão limitadas recursos expressivos disponíveis na(s) língua(s) a que têm acesso e pelas convenções que se aplicam ao seu uso.

É raro deparar-se com estudos que revelam o sentimento dos surdos quando veem sua língua diminuída pela língua majoritária e impositiva (o português), e seus sentimentos se atrelam em múltiplos contextos interativos que precisariam ser investigados de maneira científica.

Esse sentimento atrelado às noções de “certo” e “errado”, que reflete nas pessoas surdas um sentimento de exclusão, é mais discutido em estudos sobre cultura, educação inclusiva no processo de ensino e aprendizagem. Os resultados de trabalhos científicos apontam serem marcantes nos discursos dos surdos observados aspectos ligados aos seus sentimentos, como aparece nos trabalhos de Quadros (2008, 2017), Perlin; Stumpf (2012), Diniz (2011), Gesser (2012), Menezes; Souza (2019), dentre outros. Segundo esses autores, os discursos dos surdos apontam estigma em relação à língua de sinais, revelando que são fenômenos resultantes das pressões e atitudes da comunidade ouvinte, que remetem a visão apenas na fala, na língua em uso, não “enxergando” os indivíduos surdos em suas posições. Como no exemplo citado abaixo, Rosa (2009) relata que:

Alguns surdos sinalizam, aceitam bem a LIBRAS. Surdos D.A, que ouvem parcialmente sentem vergonha de usar a língua de sinais, preferem oralizar porque estão presos no estigma social de que a pessoa que usa a língua de sinais é deficiente; esses surdos precisam ainda entender a identidade deles. Hoje eu tenho certeza que prefiro a língua de sinais e minha identidade surda (CALIEL)⁶. (Rosa, 2009 p. 26).

Autor1(2023) reflete sobre a complexidade da interação dos surdos, levando em consideração a comunicação total para a interação entre surdos e seus familiares. O autor observou que a “comunicação entre os surdos e suas famílias é feita exclusivamente por meios de gestos, de mímicas, fala e expressão corporal”. Mais adiante, “os pais demonstraram dificuldades em expressar sentimentos, emoções e situações cotidianas com os filhos, e que mesmo sem fazer o uso da Libras a comunicação entre ambos acontecia de forma harmônica” (AUTOR1, 2023, p. 46).

⁶ Excerto extraído do capítulo do livro “Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas”.

O repertório comunicativo dos surdos é bastante complexo e não se resume à homogeneidade linguística tanto no molde da língua portuguesa como L2 e da Libras em relação à sistematização, isso porque o principal canal comunicativo dos surdos é a visão e o tátil, dessa maneira os surdos podem ver aqui (em seu país, comunidade, grupo, etc.) e ali (em outro país, comunidade, grupo, etc.) e trocarem informações e ideias entre indivíduos surdo-surdo nas diferentes cenas comunicativas e interacionais, mesmo não tendo domínio dos sistemas linguísticos, por ser um língua imagética e tátil.

2.2. Contato sociolinguístico em contextos surdos

As comunidades surdas apresentam configuração bastante complexa, pois, diante de seus amigos, familiares, bem como das pessoas que os cercam, eles se comportam de acordo com seus modos e com a cultura com a qual se identificam, podendo transitar entre a cultura ouvinte e a língua portuguesa, bem como entre a cultura surda e a Libras. Há ainda aqueles que não dominam a língua portuguesa e a Libras e, ao se comunicarem, sentem-se inclusos nesses contextos. Como qualquer pessoa, os indivíduos surdos assumem suas posturas conforme o contexto comunicativo, que pode afetar mais ou menos o comportamento linguístico dos falantes.

Na modalidade escrita da língua portuguesa, é relevante a compreensão de como os participantes surdos trocam informações ao terem contato com o idioma, em ambiente escolar e por meio de recursos tecnológicos (redes sociais, *WhatsApp*, *Instagram* e *Facebook*).

Segundo Machado e Quadros (2020):

o contato entre línguas ocorre quando línguas diferentes interagem ou se alternam no uso, ou entre dialetos que estão em constante contato no mesmo território, seja pela colonização, por invasões ou conquistas de guerras, por migrações, ou em localidades situadas em fronteiras. As línguas interagem também por meio de viajantes, da ciência e tecnologia, das relações industriais e comerciais internacionais, dos intercâmbios de estudos científicos, dos meios de comunicação, da globalização, etc. Esse contato linguístico pode promover a produção e o aumento das palavras/sinais que se tornarão empréstimos podendo provocar alterações fonológicas, morfológicas e ortográficas nas línguas de chegada (Machado; Quadros, 2020, p. 171).

Estudos sobre contato linguístico tratam, em sua maioria, de discussões que abordam relação entre línguas faladas em diferentes contextos interativos. Os autores afirmam que podem ocorrer variadas formas de contatos, provocando então diferentes resultados, podendo ou não desencadear novos produtos provenientes do contato, como

o processo de bilinguismo, dialetos, empréstimo linguístico, *code-switching*, pidgins, entre outros.

Segundo Weinreich (1953):

duas ou mais línguas serão consideradas em contato se forem usadas alternadamente pelas mesmas pessoas. Os indivíduos que usam a língua são, portanto, o *locus* do contato. A prática do uso alternado de dois idiomas será chamada de BILINGUÍSMO, e as pessoas envolvidas, BILÍNGUES. Aqueles casos de desvio das normas de qualquer idioma que ocorrem na fala de bilíngues são resultado de sua familiaridade com mais de uma língua, ou seja, como resultado do contato linguístico, e serão referidos como fenômenos de INTERFERÊNCIA. São esses fenômenos da fala e seu impacto nas normas de qualquer uma das línguas expostas ao contato que chamam a atenção do linguista (Weinreich, 1953, p. 1).

O bilinguismo, inclusive, é uma das propostas que prevalece no processo de ensino dos surdos nas escolas, e, a cada dia, ganha mais força por intermédio de leis para sua inserção como proposta no ensino regular, bem como criação de escolas bilíngues Libras-língua portuguesa. Essa proposta não é recente e tem um histórico de lutas para melhoria na inclusão dos surdos no contexto escolar, e, a partir desse ponto, o bilinguismo vem sendo ampliado para todos os setores sociais. Dessa forma, torna-se uma necessidade ser bilíngue para melhor se situar no “mercado linguístico”.

É importante considerar as interferências e influências, os sentimentos e aceitação e não aceitação, as atitudes e o comportamento dos participantes surdos frente ao contato com a outra língua. Como eles reagem ao se deparar com a diferença da língua e com as características da pessoa que usa a outra língua? É de interesse científico defender o estudo da língua no contexto social, visto que o ser humano e suas relações não se baseiam apenas nos fatos linguísticos, e os acontecimentos fenomenológicos vão além da movimentação humana.

Dessa forma, o que os leva a movimentar, o que os leva a serem bilíngues, o que os leva a acrescentarem “partes” da outra língua em sua primeira língua ou fazer a mistura entre ambas? Seriam eles forçados ou há livre arbítrio na produção deste produto do contato linguístico?

Segundo Aguilera e Busse (2008):

não se trata apenas de línguas que se encontram em contato, mas de culturas que passa a coexistir. Essa convivência não poderia ocorrer de forma estável ou nivelada, pois são modos de pensar e organizar a realidade pelos quais são filtrados, também, os processos de interação. A língua pode ser considerada, nesse campo de complexas relações, o cenário de intermediações ou negociações, uma que se inscreve como

elemento prioritário nas modalidades interacionais (Aguilera; Busse, 2008, p. 13).

A interferência de introdução de elementos estrangeiros na língua original do falante pode acontecer de forma que possa ajudar a compreensão do enunciado. Deve ser considerado o *locus*, conforme explicitado pelas autoras, bem como a região geográfica e a função que a interferência irá produzir frente à inserção a nova língua.

Lucas *et. al.*, (2002) em seu trabalho sobre as línguas de sinais, relatam que:

em situações de contato prolongado, uma língua costuma exercer alguma influência sobre a outra. Quanto mais apoio houver para uma variável demográfica, sociopsicológica ou psicológica, mais provável é que um grupo permaneça uma entidade com sua língua, cultura e identidade intactas (Lucas *et. al.*, 2002, p. 157; tradução nossa)⁷.

Autor2 e Souza (2021) também evidenciam que o social caminha a passos lentos à frente do movimento surdo, ao mencionarem que:

A situação de igualdade com as crianças ouvintes e falantes de português, [...], irá depender de uma série de fatores, dentre eles da aceitação da surdez, do acesso da criança à linguagem empregada no contexto familiar (nem sempre, os pais têm o domínio de uma língua de sinais) e da avaliação que a criança e os adultos fazem da língua de sinais e da língua oral presente no ambiente, ou seja, dos valores que as línguas em contato apresentam no “mercado linguístico” (Autor2; Souza, 2021).

As proposições citadas acima se devem à morosidade na difusão da língua dos povos surdos e sua cultura, à visão estereotipada e à estigmatização da língua, que infelizmente atrelam-se também à pessoa surda.

Quadros (2017) relata que quando há o contato dos surdos de forma intensa com a língua de herança no contexto familiar e na comunidade em geral, diz-se que o herdeiro é “supostamente bilíngue”, por estar em contato com duas línguas nativas, podendo ele não ter fluência, ou ser “mais ou menos fluente em uma e outra língua (desbalanceado)”. Dessa forma, esse indivíduo é herdeiro também da cultura de seus pais, referindo-se a Fishman (2001), que prefere identificar herança cultural ao invés de herança linguística (Quadros 2017, p. 1).

⁷ In situations of prolonged contact one language usually exerts some influence on the other. The more support there is for a demographic, sociopsychological, or psychological variable, the more likely it is that a group will remain an entity with its language, culture, and identity intact. (Lucas *et. al.*, 2002, p. 157).

A abordagem do bilinguismo junto dos surdos em consonância com a inclusão, concentra-se na educação de indivíduos surdos e no reconhecimento das línguas de sinais e da língua portuguesa dentro do contexto escolar, ou seja, os alunos são “inseridos”⁸ na sala de aula com alunos ouvintes, professores ouvintes e intérprete de Libras. Conseqüentemente, o aluno está tendo acesso a duas línguas, a língua portuguesa e a Libras. Nota-se, em muitos casos, que apenas o profissional intérprete sabe a Libras, portanto o ambiente bilíngue é restrito e não envolve também uma abordagem bilíngue dentro de todo o contexto escolar. Ademais, não é atribuição do profissional intérprete ensinar Libras para o aluno surdo, já que, muitas vezes, o aluno surdo chega à escola sem noção básica da Libras (Quadros, 2017).

Não é raro depararmo-nos com discursos de professores, ao relatarem não saber Libras e ter o profissional intérprete para ajudá-los em sala aula e apoiá-los no processo de ensino-aprendizagem, demonstrando que ainda precisam de formação continuada para melhor compreender as atribuições do profissional intérprete (AUTOR1, 2023).

O aproveitamento do potencial da linguagem utilizada pelos surdos pode desencadear a aprendizagem da L1, bem como abrir caminhos para a aprendizagem da L2. Dessa forma, ao conseguirem dominar a primeira língua, que é a língua de sinais (Libras), a segunda língua (Português) pode ser aprendida posteriormente, de forma mais harmônica.

E como seria o processo de assimilação dos conteúdos regulares dos alunos surdos do Ensino Fundamental e Médio que estão nesta situação? Quanto a esta questão, Bergmann (1978, *apud* Quadros, 1997) revela que:

é impossível discutir sobre diferentes sistemas educacionais em que o professor não se comunica com seu aluno. De fato, é muito complicado pensar em educação de surdos sem sequer ter como prioridade o domínio da língua de sinais. Estende-se essa dificuldade a todos os profissionais que atuam na área da surdez (Bergmann, 1978 *apud* Quadros, 1997, p. 33).

O processo de ensino bilíngue ainda está em discussão calorosa, tanto na comunidade surda, quanto no contexto escolar, e a realidade nos dias atuais ainda contrasta com o que é considerado ideal, como já registrava Pereira, no início do século XXI:

⁸ Até meados de 1999, os surdos eram inseridos ou integrados em contextos escolares onde não havia acesso integral às suas necessidades. Após lutas dos povos surdos, o termo mais bem usado é “inclusão” que perdura até os dias atuais, como conceito de que essa inclusão aborda todas as possibilidades de acesso e atendimentos às especificidades dos surdos.

a maior parte das crianças surdas, no entanto, têm pais ouvintes, que não sabem a língua de sinais e usam a língua majoritária na modalidade oral para interagir com os filhos surdos. Devido à perda auditiva, as crianças surdas conseguem adquirir apenas fragmentos da fala dos pais. Consequentemente, embora cheguem à escola com alguma linguagem, adquirida na interação com os pais ouvintes, não apresentam nenhuma língua constituída (Pereira, 2000, p. 98).

Como os alunos surdos, quase sempre, chegam de forma tardia à escola, a aprendizagem de uma língua oral-auditiva, pelo menos na leitura e na escrita, parece levar muito tempo. Da mesma forma, a espera da aprendizagem de Libras por parte dos professores em nosso contexto atual de ensino também parece difícil de ocorrer. Consequentemente, a aprendizagem desses alunos ocorre com base em outras formas de comunicação, pelo menos no início, a fim de que esses indivíduos consigam ter um desenvolvimento mínimo na aprendizagem.

Com base no debate apresentado até aqui, seguimos, com a apresentação de investigação sobre aspectos sociolinguísticos da comunidade surda do estado do Tocantins.

3. Metodologia

A pesquisa proposta é de abordagem qualitativa e pesquisa descritiva, realizada com procedimentos metodológicos que incluem levantamento, observações e análises de dados secundários, visa descrever as características do perfil sociolinguístico de surdos em municípios com pouca ocupação territorial e distantes dos grandes centros urbanos do Estado do Tocantins.

No levantamento de participantes, foram feitas buscas com objetivo de localizar e identificar os surdos que residem nos pequenos municípios distantes num raio de até 300km da capital Palmas no Estado do Tocantins.^{9,10}

Diante dos dados do levantamento dos participantes dos pequenos municípios, elaborou-se a organização para traçar a rota de visita para aplicação do questionário semiestruturado de entrevista, considerando-se também, em caso presencial e conforme combinado, as possibilidades de o participante atender o pesquisador.¹¹

⁹ Destaque-se, neste momento, que o pesquisador proponente da pesquisa é surdo, pertencente à comunidade de surdos do Estado do Tocantins.

¹⁰ A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, da Universidade Federal de Tocantins, sob número de processo 64488722.5.0000.5519.

¹¹ No total foram entrevistados 30 participantes surdos, sendo 11 no formato presencial e 19 via *WhatsApp*.

Na elaboração do questionário da entrevista, traçou-se um roteiro semiestruturado de forma a abordar perguntas que pudessem, por um lado, responder ao problema desta pesquisa, e por outro lado, expandir possibilidades de percepção quanto ao perfil sociolinguístico dos entrevistados e elucidar o objetivo geral e específico e as hipóteses elencadas neste trabalho. O questionário da pesquisa segue o modelo Survey, que, segundo Paiva (2019, p. 50), “é um tipo de pesquisa descritiva bastante comum nos estudos sociais e educacionais”, e conforme Brown e Rodgers (2002, p. 142), a “quaisquer procedimentos usados para coletar e descrever as características, atitudes, visões, opiniões, e assim por diante, de estudantes, professores, administradores e qualquer outra pessoa que seja importante para o estudo” (Brown; Rodgers, 2002, p. 142).

Disposto de todos os dados compilados, procedeu-se para o desenvolvimento das análises de dados e considerações finais baseadas nas realidades reveladas pelo processo analítico dos dados, de forma que houvesse possibilidade de revelar respostas que atendessem aos objetivos e às hipóteses traçadas para o desenvolvimento deste trabalho. Na sequência, de forma compilada, um recorte dos principais resultados compilados.

4. Caracterização geral da comunidade surda do interior do Tocantins

Busca-se, neste tópico, caracterizar a comunidade surda que reside em municípios com pouca ocupação territorial no interior do Estado do Tocantins, fazendo emergir o modo como ocorrem os processos comunicativos, as interações e o contato entre a Libras, a língua portuguesa e as outras formas de comunicação.

Quanto à questão problema principal, se o domínio pleno da Libras permite a comunicação e interação entre os surdos e os ouvintes no interior do Estado do Tocantins, os resultados demonstram que nem todos os surdos sabem a Libras sistematizada e, dessa forma a maioria não faz uso da língua em seus contextos familiares, contextos de interação social fora de casa, nem mesmo no contexto escolar, enquanto estudavam no ensino básico e fundamental.

Assim, a pesquisa revelou que o domínio pleno da Libras não é suficiente para que ocorra uma comunicação plena entre surdos e ouvintes. Os resultados mostraram que a diversidade de perfil sociolinguísticos dos surdos, assim como os contextos de interação, exigem que os atores se tornem bilíngues (ou multilíngues), fazendo-se necessário utilizar não só a Libras e a língua portuguesa, mas toda forma de

comunicação, como gestos, mímicas, expressões, sinais caseiros e sinais icônicos, considerando a diversidade de contextos de interação e principalmente os perfis sociolinguísticos que se moldam de acordo com os atores com quem os surdos se comunicam.

Ainda sobre os questionamentos a serem respondidos, se seria possível haver comunicação e compreensão entre os indivíduos surdos-surdos e surdos-ouvintes, embora estes não possuíssem fluência em uma língua sistematizada como a Libras, os resultados mostraram que sim, pois, apesar de contextos múltiplos e diversos, houve apontamento na possibilidades de comunicação e compreensão entre os falantes envolvidos nos ambientes em que há múltiplas línguas em uso, como Libras, língua portuguesa, gestos, mímicas, sinais icônicos, enfim recursos extralinguísticos.

Em contexto sociolinguístico familiar, os dados revelaram que os pais de quase todos os participantes não se comunicam em Libras. No contexto social, os amigos ouvintes também não se comunicam através da Libras. Nos contextos em que os participantes interagem com seus pares surdos, também se evidencia que alguns não sabem Libras. Assim, os resultados apresentaram uma ampla diversidade de contextos interativos em que os surdos transitam.

Os surdos que sabem Libras, em contextos interativos com amigos ouvintes, se comunicam em Libras, caso contrário, recorrerem-se aos gestos, a leitura labial, a mímicas, a expressões e recursos extralinguísticos. Nos contextos de amigos surdos, os participantes apontaram que tanto com aqueles que sabem Libras quanto com aqueles que não sabem, a comunicação flui de forma harmoniosa. Se o surdo souber Libras, a comunicação acontece em Libras, caso contrário, recorrem-se aos gestos, a sinais icônicos e caseiros. Nesse caso, há particularidades a se considerar. Ao serem indagados sobre o porquê de a comunicação fluir harmoniosamente com seus pares surdos que não sabem Libras, o resultado geral aponta que todos eles, na infância, começaram a se comunicar através de gestos, mímicas, sinais icônicos e leitura labial, por serem filhos de pais ouvintes que não sabem Libras, e que esta fase da vida foi a fase de organização de estratégias linguísticas multimodais comuns, como apontam os participantes da pesquisa.

Os resultados quanto ao uso, contato e interação nos contextos sociolinguísticos em que se faz o uso da língua portuguesa apontam que o recurso da leitura labial não é escolha dos surdos, mas uma maneira a qual eles recorrem para terem acesso mínimo no contato e nas interações com pessoas que não sabem se expressar por outros meios

linguísticos ou modalidades. Dada essa situação, todos os participantes demonstraram desconforto e denotam que essa forma de comunicação é preterida.

Apesar de haver, na atualidade, ensino de Libras na escola e da língua portuguesa como segunda língua, parcela expressiva dos surdos do interior revelou que não teve acesso pleno a um contexto de aprendizagem ideal. Dentre os 30 entrevistados, somente 10 tiveram algum acesso à Libras no contexto escolar. Houve resultados semelhantes ao da pesquisa de Autor² e Souza (2021) e de Silva (2022), no que se refere à aquisição tardia da Libras pelos surdos e uso majoritário da língua portuguesa em praticamente quase todos os contextos interativos, em especial os contextos familiares.

Quanto à aquisição da modalidade escrita da língua portuguesa, os resultados apontaram que não tiveram aprendizagem no contexto escolar e, segundo eles, conseguem escrever mais ou menos e complementaram que conseguem produzir apenas sentenças curtas.

A comunicação via recursos tecnológicos, redes sociais também ocorrem, segundo os participantes, por sentenças curtas e de uso cotidiano, como cumprimentos e saudações. Por outro lado, a comunicação síncrona acontece por meio de videochamada exclusivamente com surdos e com quem sabe expressar-se na língua de sinais, mesmo que não seja estruturada.

Pode-se constatar, ainda, por meio das respostas, que os surdos demonstraram um comportamento razoavelmente dependente das pessoas ouvintes, por sentirem mais segurança no acesso a informações e por imaginarem que os ouvintes têm mais conhecimentos de temas abordados e mais acesso à informação. Para além disso, os participantes se sentem diferentes de seus pares surdos que moram nas grandes metrópoles, por estes terem mais acesso a empregos, cultura, socializações e informações. Baseado nos relatos dos participantes, mais da metade deles demonstrou interesse em se mudar para cidades grandes, na esperança de melhorar a qualidade de vida e ter acesso às suas necessidades e aperfeiçoamento da Libras.

5. Considerações finais

Em síntese, diante dos resultados, podemos concluir que os surdos têm perfis que variam de acordo com os contextos de interação e vida, ou seja, estão inseridos, predominantemente, em contextos de ouvintes que não sabem Libras, demonstram atitude de adaptação ao universo ouvinte, inclusive com o emprego, ainda que precário, da língua oral.

Em contextos interativos onde os interlocutores surdos e ouvintes fazem o uso da Libras, há maior identificação com a língua de sinais e inclusão plena e consistente, considerando-se as especificidades da comunidade.

Nos contextos em que há surdos que sabem e não sabem a Libras, há acolhimento, com emprego de recursos múltiplos, de natureza visuoespacial, que recuperam as aprendizagens linguísticas da infância, tempos em que comunicavam em gestos, mímicas, sinais icônicos e recursos extralinguísticos.

Contextos de emprego majoritário e impositivo da língua portuguesa constituem-se, de modo geral, como desmotivadores, como dificuldades e obstáculos, pois não há compreensão integral e completa na comunicação e entendimento.

Nos municípios investigados, não há dispositivos legais no âmbito regional e local que garantem o acesso à Libras como primeira língua, e a língua portuguesa como segunda língua. O que se têm são os dispositivos regulamentados nacionalmente, que são aplicados nos municípios apenas por força de lei maior.

Outra questão é considerar a capacidade de se comunicar e interagir sem polarizar o uso da língua, e submetê-las à amarra da padronização, pois, a cada dia, uma nova semente linguística nasce e gera infinitos frutos linguísticos de maneira que os povos que vivem em sociedade delinearão, com base em suas vivências e experiências, a diversidade e variabilidade das línguas. É preciso ater-se a um mecanismo de políticas linguísticas para garantir a multiplicidade comunicativa das comunidades surdas locais, com vistas à valorização das formas individuais no uso das línguas de contato e de outras formas de comunicação.

Referências Bibliográficas

AGUILERA, V. A.; BUSSE, S. Contato linguístico e bilinguismo: algumas reflexões para o estudo do fenômeno da variação linguística. **Línguas & Letras**, Cascavel, v. 9, n. 16, p. 11-25, jan./jun. 2008.

BENTES, A. O.; HAYASHI, M. C. P. I. Normalidade, diversidade e alteridade na história do Instituto Nacional de Surdos. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 67, p. 851-874, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27547766004>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, e agora?** sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005. 264 p.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o

art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em 28 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão do Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm. Acesso em: 10 nov. 2022.

BROWN, J. D.; RODGERS, T. S. **Doing second language research**. Oxford: Oxford University Press, 2002. 314 p.

CAPOVILLA, F. C. Filosofias educacionais em relação aos surdos do Oralismo à Comunicação Total ao Bilinguismo. **Revista brasileira de Educação Especial**. Rio de Janeiro-RJ. V. 6, n. 1. 2000.

CARMOZINE, M. M.; NORONHA, S. C. C. **Surdez e Libras**: conhecimento em suas mãos. São Paulo: Hub, 2012. 112 p.

COUPLAND, N.; JAWORSKI, A. **Sociolinguistics**: a reader and a coursebook. New York: St. Martin's Press, 1997.

DINIZ, H. G. **A história da língua de sinais dos surdos brasileiros**: um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais da LIBRAS. Petrópolis: Arara Azul, 2011.

FISHMAN, J. A. 300-plus years of heritage language education in the United States. In: PEYTON, J. K.; RANARD, D. A.; MCGINNIS, S. (Ed.). *Heritage languages in America: preserving a national resource*. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 2001. p. 81-89.

GESSER, A. **O ouvinte e a surdez**: sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: Parábola, 2012. 192 p.

GRIFFEE, D. T. **An introduction to second language research methods**: design and data. Berkeley: TESL-EJ, 2012. *E-book*. 213 p.

LOCKMAN, K.; KLEIN, M.; HENNING, P. Educação inclusiva: dispositivo de normalização da alteridade surda. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 31, p. 249-267, jul./dez. 2008.

LUCAS, C. (ed.). **Sociolinguistics in deaf communities**. Washington, DC: Gallaudet University Press, 2002. 280 p.

LUCAS, C. (ed.). **The sociolinguistics of sign languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

LUCAS, C. *et al.* **Sociolinguistic variation in American Sign Language**. Washington, DC: Gallaudet University Press, 2001. 192 p.

MACHADO, R. N.; QUADROS, R. M. Contato linguístico em Libras: um estudo descritivo da influência de outras línguas de sinais na Libras. **Revista Linguística**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 170-197, set./dez. 2020.

McDONNELL, P. Deficiência, surdez e ideologia no final do século XX e início do século XXI. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 777-788, jul.-set. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623661091>. Acesso em: 11 set. 2023.

MEGALE, A. (org.). **Educação bilíngue no Brasil**. São Paulo: Fundação Santillana, 2019.

MENEZES, R. D.; SOUZA, F. M. **Escritas surdas na escola**: novos horizontes literários. São Paulo: Mentis Abertas, 2019. 182 p.

PEREIRA, M. C. C. Aquisição da língua portuguesa por aprendizes surdos. *In*: SEMINÁRIO DESAFIOS PARA O PRÓXIMO MILÊNIO, 2000, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: INES, 2000. p. 95-100.

PERLIN, G.; STUMPF, M. (org.). **Um olhar sobre nós surdos**: leituras contemporâneas. Curitiba: CRV, 2012.

QUADROS, R. M. Aquisição de L1 e L2: o contexto da pessoa surda. *In*: SEMINÁRIO DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS, 1997, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: INES, 1997.

QUADROS, R. M. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 126.

SILVA, A. E. R. **Perfil sociolinguístico e avaliação linguística: relação entre a Libras e a língua portuguesa para os surdos do estado do Ceará**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em estudos da linguagem, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Acarape-CE. 2022.

ROSA, E. F. **Olhares sobre si**: a busca pelo fortalecimento das identidades surdas. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009, 146 p.

AUTOR2, C. F.; SOUZA, J. C. Perfil sociolinguístico dos surdos de São Carlos: o bilinguismo bimodal Libras/língua portuguesa. **Signótica**, Goiânia, v. 33, 2021.

AUTOR1, F. C. **Flagrantes de percursos escolares de alunos surdosem território tocantinense**. Belo Horizonte: Dialética, 2023. 200 p.

WEINREICH, U. **Language in contact: findings and problems**. New York: Linguistic Circle of New York, 1953.